



# Editorial

**Leo Name**

¡DALE!, PPGLC / UNILA, PPG-IELA / UNILA

**Tereza Spyer**

¡DALE!, PPG-ICAL / UNILA

**Gabriel Rodrigues da Cunha**

¡DALE!, MALOCA, CAU UNILA

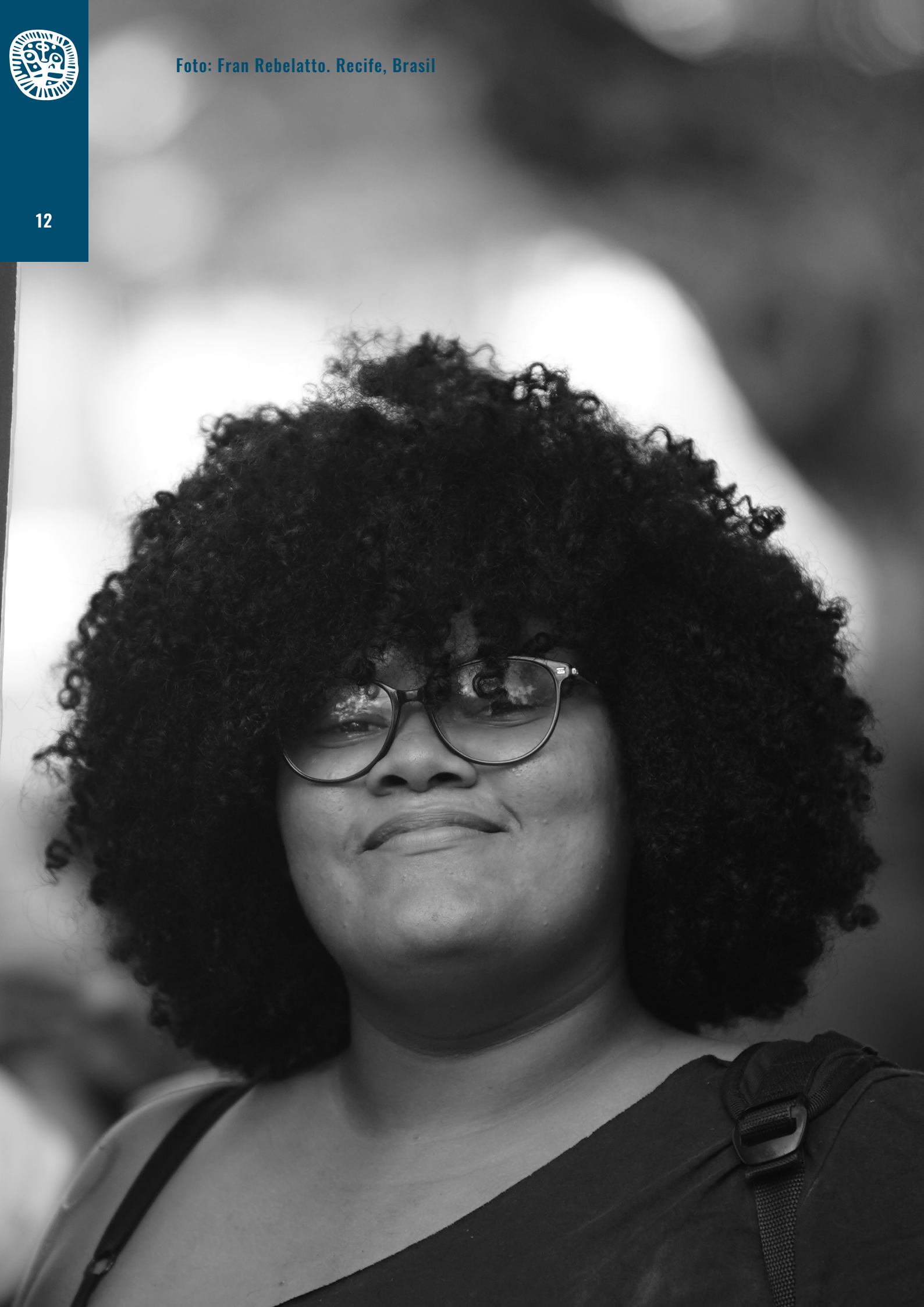


Foto: Fran Rebelatto. Recife, Brasil





A *Revista Epistemologias do Sul: Pensamento Social e Político em/para/desde América Latina, Caribe, África e Ásia*, periódico vinculado à Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), tem como objetivo divulgar estudos sobre ou desde o pensamento social e político latino-americano, caribenho, africano e asiático, com ênfase nos estudos decoloniais, subalternos e pós-coloniais em toda a sua diversidade e variedade teórica e metodológica. Criado em 2017, até então o periódico contava com três edições: uma em 2017 (v. 1, n. 1) e duas em 2018 (v. 2, n. 1; e v. 2, n. 2).

A leitora ou o leitor está diante do segundo número do que nós, editora e editores convidados, estamos chamando de “Dossiê Giro Decolonial”. Já esclarecemos, no editorial do número passado da *Revista Epistemologias do Sul*, que tal dossiê é fruto dos esforços empreendidos pelo grupo de pesquisa Decolonizar a América Latina e seus Espaços (¡DALE!), inicialmente voltados para a retomada da revista *Redobra* (n. 15, Ano 6, 2020) – vinculada aos grupos de pesquisa Laboratório Urbano e Laboratório Co-Adaptativo (Labzat), ambos da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Devido à grande quantidade de textos, entrevistas e ensaios que obtivemos, muito além do necessário, a *Revista Epistemologias do Sul* acolheu o material que não coube no periódico da UFBA, também nos autorizando a obter mais material para o dossiê. Dividido em duas partes – “Parte 1: Artes visuais, arquiteturas e alteridades” (v. 3, n.1, 2019) e “Parte 2: Gênero, raça, classe e geopolítica do conhecimento” (v. 3, n. 2, 2019), muito embora esteja sendo publicado em 2020, tal dossiê tem data retroativa, visando à continuidade da revista da UNILA. Além disso, a divisão em duas edições, cada uma com tema específico, pôde dar uma melhor dimensão da riqueza de todo este trabalho.

O dossiê foi preparado num momento difícil e complexo, o qual se soma à ascensão de um ultraconservadorismo de direita na América Latina e no Caribe o surgimento de uma nova pandemia, a da Covid-19 – doença transmitida por um novo coronavírus que vem afetando muito mais as populações racializadas, tanto no norte quanto no sul globais. Além disso, o assassinato registrado e divulgado nas redes sociais de um homem negro, George Floyd, em Minneapolis, no auge da pandemia nos Estados Unidos, e as manifestações sob o lema “Vida Negras Importam” que se seguiram a esse homicídio perpetrado pelo policial branco Eric Chauvin, demonstram que a luta contra a violência policial não é – ou ao menos não deveria ser – exclusiva da população negra estadunidense. No Brasil, muito embora o assassinato de um jovem negro, Pedro Henrique Gonzaga, igualmente asfixiado até a morte (após receber um golpe “mata-leão”) por um segurança de uma rede de supermercados no Rio de Janeiro, Davi Ricardo Moreira, tenha sido filmado e divulgado nas redes sociais, gerou pouco impacto – o que demonstra que o racismo estrutural opera de diferentes formas e que a luta antirracista apresenta matizes e complexidades locais que precisam ser enfrentadas. Vale lembrar que a primeira vítima fatal de coronavírus no Brasil foi uma empregada doméstica (negra e que vivia no município de Miguel Pereira, no Rio de Janeiro) infectada por sua patroa (branca, residente do bairro do Leblon) que não contou que estava doente após voltar de uma viagem à Itália.



Creemos que estão escancaradas, portanto, as antigas relações de dependência e dominação e o racismo estrutural, o que torna ainda mais crucial o contato com os aportes teóricos do giro decolonial. A pandemia só tornou ainda mais explícita a filtragem racial das abordagens policiais nos Estados Unidos e nos países latino-americanos e caribenhos. Sua raiz está nos processos de colonização e escravização, uma vez que as forças opressoras do Estado, particularmente a polícia, constantemente codificam as populações pobres e racializadas, especialmente a negra e a indígena, como criminosas. Ainda que o racismo seja tipificado como crime na maior parte dos países de nossa região, a polícia mantém-se operando com base em uma lógica racista que está enraizada na história da produção da raça, como vêm denunciando os aportes do giro decolonial.

Parece-nos oportuno destacar também que, desde que teve início, o governo de Jair Bolsonaro tem contribuído muito para agravar a situação dos povos indígenas no Brasil. Está em curso um projeto político de genocídio, etnocídio e ecocídio, conforme vêm denunciando as lideranças indígenas. As demarcações de terras estão paralisadas (muitas reservas foram e estão sendo invadidas) e aumentaram tanto a mineração em terras indígenas quanto a expansão do agronegócio. Além disso, a Fundação Nacional do Índio (Funai) foi transferida do Ministério da Justiça para o Ministério da Agricultura, deixou de ter a atribuição de demarcar terras indígenas e teve seu orçamento reduzido. Outrossim, a gestão de Bolsonaro segue almejando que os povos indígenas sejam “integrados” à sociedade brasileira a partir de uma argumentação de base racista e etnocêntrica. A situação piorou com a pandemia da Covid-19: há um notável descaso governamental, sem medidas efetivas de fiscalização (garimpeiros, grileiros e madeireiros estão se aproveitando da crise na saúde para invadir as terras indígenas) e de controle e enfrentamento dos contágios e o atendimento de doentes, além do perigo relacionado ao desabastecimento de alimentos nas aldeias.

Ao tempo que redigíamos este editorial e preparávamos a publicação da revista, o atual governo brasileiro passava por uma de suas maiores crises políticas, marcada por crescentes e graves denúncias que o fragilizam – e a isso ele vem revidando com ameaças às instituições e aos poderes da República. Como se não bastasse, assistimos à inacreditável troca de comando nos Ministérios da Saúde e da Educação e na Secretaria de Cultura, em plena pandemia. A saída do Ministro da Educação, Abraham Weintraub, veio acompanhada de uma portaria que suspendeu a política de cotas raciais nas pós-graduações, que foi, por sua vez, revogada dois dias depois pelo ministro interino, após um recurso encaminhado por partidos da oposição. O tema desta edição, ao tratar de “Gênero, raça, classe e geopolítica do conhecimento”, traz questões que se confrontam diretamente com o pensamento desse grupo que está atualmente no poder. Há que se lembrar que Weintraub, numa amplamente divulgada reunião ministerial de abril de 2020, afirmou que não considerava que existiam, de fato, comunidades e povos indígenas no Brasil; ele alegou uma falsa universalidade nacional, cujo discurso sabemos servir ao apagamento de diferenças, ao silenciamento de demandas específicas e, em última instância, à negação de suas autonomia e soberania. A atualidade e a pertinência da temática ganham novos contornos com tais eventos, tão preocupantes.

A segunda parte do “Dossiê Giro Decolonial” que se apresenta por este número da *Revista Epistemologias do Sul* inicia com a seção **“Entrevistas”**. A primeira delas é a de Julieta Paredes, do grupo *Mujeres Creando Comunidad* e da *Asamblea de Feminismo Comunitário*, atuantes na Bolívia. A entrevista foi concedida a Tereza Spyer, Mariana Malheiros e María Camila Ortiz, pesquisadoras do ¡DALE!, sendo a tradução levada a cabo por Mariana Malheiros. Sob o título de **“Mulheres indígenas, descolonização do feminismo e políticas do nomear”**, a entrevista desenha um potente retrato de uma mulher e pensadora militante, que se identifica



como indígena (aliás, ela não se apresenta como boliviana, mas aimará). Atuando em favor da causa do viver bem – ou, melhor dizendo, do *suma qamana* –, Paredes tratou de vários temas importantes: a proposta do feminismo comunitário, a luta contra o patriarcado, a condição da mulher indígena, os desafios do Estado Plurinacional Boliviano e, sobretudo, as políticas de autonomização dessas mulheres indígenas em busca de sua desinvisibilização e sua emancipação. Trata-se de uma reflexão lúcida, revolucionária e atenta às diversas violências a que estão submetidas as mulheres do sul, tanto simbólicas quanto físicas e ao combate às interpretações reducionistas, folclóricas e exóticas dos povos originários – ambas praticadas, inclusive, pelas esquerdas. Percebe-se o seu esforço pessoal e político de buscar definir a condição da mulher indígena, por meio do feminismo comunitário e com base na proposta destas mulheres, e não com base no contra o qual lutam e querem destruir. cremos que sua postura afirmativa perante a diferença é o que precisamos em tempos de tensionamentos ocasionados pelo racismo que volta a crescer e não tem vergonha de se apresentar nas sociedades branco-burguesas e ocidentalizadas.

A segunda entrevista é com Zulma Palermo, professora da Universidade Nacional de Salta (UNSa). Intitulada **“A opção decolonial como um lugar-outro de pensamento”**, ela foi concedida a Tereza Spyer, Henrique Leroy e Leo Name, pesquisadores do ¡DALE!, tendo tradução para o português por Bruna Macedo de Oliveira, professora da UNILA. As palavras de Palermo põem em funcionamento a diferença epistemológica entre a perspectiva radical que é gerada no pensamento crítico des/decolonial e o conhecimento universalizante e monológico a que estamos submetidos. Palermo propõe uma “epistemologia fronteira”, com vistas a simultaneamente coadunar muitas “modernidades” e muitas “genealogias” amalgamadas a diferentes práticas – necessariamente baseadas em lugares, mas abertas a outras não homólogas. A entrevista nos faz pensar sobre como colaborar com o exercício de uma democracia participativa que não seja a mera legitimação das forças da vontade imperial no mundo, mas pela qual os direitos humanos e trabalhistas, as liberdades individuais e a igualdade de gênero, por exemplo, não tenham que ser permanentemente reivindicados. Contrariamente ao que se proclama, a democracia liberal do ocidente limita as possibilidades de acesso, em condições de igualdade, à tomada de decisões e aos bens e serviços – funcionando como uma máscara que oculta os desejos do poder. A intelectual argentina posiciona-se, então, em prol de outras formas de organização, ativas em sociedades não ocidentais, visionando o fortalecimento de um princípio ético-político fundante, que demanda ser concretizado. Sua provocação, que a nós parece servir de lição para as esquerdas institucionais, é uma interessante contribuição para pensarmos no atual contexto de ascensão de governos de direita em nosso subcontinente, fazendo-nos indagar sobre qual tipo de democracia queremos e qual estamos de fato vivendo.

Finalizamos a seção de entrevistas com Pedro Paulo Gomes Pereira, professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Aqui denominada **“Corpos e teorias decoloniais e queers, interpelados e em trânsito”**, ela também foi cedida a Tereza Spyer, Henrique Leroy e Leo Name. A trajetória acadêmica e pessoal de Pereira é muito rica em experiências interdisciplinares, tendo sido nos anos iniciais da sua formação profundamente influenciado pelos filmes e escritos de Glauber Rocha. Na entrevista, ele contou que esse interesse o levou a se identificar com a posição bastante crítica de Rocha ao (neo)colonialismo e à pesquisa do pós-colonial e, depois, do decolonial. Em seguida, no final dos anos de 1990, seus interesses transformaram-se em função do contexto da epidemia de HIV-Aids no Brasil e seus impactos para as minorias sexuais nas periferias de Brasília: isso o levou a estudos que vincularam a antropologia (sua área de formação) à área de saúde pública, no contexto da construção do Sistema Único de Saúde (SUS). Como o próprio autor faz questão de frisar, o que é mais assustador no atual quadro de





avanço de grupos conservadores no Brasil e, particularmente, no desmonte do Estado e do SUS, é a conversão dos direitos sexuais e reprodutivos a um dos principais objetos de ataque no contexto de formulação de políticas públicas educacionais e de saúde. Em um cenário de crises econômica e política, certos segmentos sociais conservadores passaram a considerar uma ameaça a seu estatuto social a maior equidade nas relações entre homens e mulheres, o pleno reconhecimento da cidadania a minorias homossexuais, pessoas trans e intersex, as ações afirmativas e as políticas de redistribuição de renda. Também destacamos nesta entrevista a ideia de movimento teórico-conceitual, posta em marcha por Pereira mediante o diálogo que promove entre o decolonial e a teoria *queer*.

A seção **“Artigos”** se inicia com um texto de Julieta Paredes, traduzido por Tereza Spyer, professora da UNILA e vice-líder do ¡DALE!. Trata-se de **“Descolonizar as lutas: a proposta do Feminismo Comunitário”**, em que Paredes diferencia esta forma de feminismo vinculada às mulheres indígenas daquela do europeu-ocidental. Segundo a intelectual e liderança aimará, o feminismo europeu-ocidental homogeniza a agenda das mulheres no mundo, impossibilitando dar visibilidade às demandas de todas e, por isso mesmo, subjugando as mulheres do sul como agentes políticas invisíveis e inoperantes. Sendo assim, mulheres do sul, particularmente as indígenas, são constantemente tuteladas, como se fossem incapazes de ter vozes políticas próprias. Ademais, ela lembra que, ao passo que no período da invasão da América as mulheres indígenas participavam da vida política e das campanhas militares e possuíam terras, no mesmo período histórico não existia essa participação feminina na Europa. Assim, ela pergunta: “quem estava na vanguarda em termos de direitos em 1492?”. Ela também assinala que foi no processo de violências da colonização que ocorreu o entroncamento de dois patriarcados, o colonial e o indígena. Trata-se portanto, de uma importante reflexão sobre os limites do feminismo euro-ocidental que, se por um lado contribuiu para as lutas das mulheres na Europa com ressonâncias positivas em outros cantos do globo, por outro lado seu eurocentrismo embasado no marco liberal tem silenciado outras vozes e lutas femininas, beneficiando as mulheres de países ocidentais às custas do trabalho das mulheres e dos homens do sul. A proposta do Feminismo Comunitário traz, ainda, uma contribuição original: o entrelaçamento entre a desigualdade de gênero e a injustiça ambiental, mostrando como a luta das mulheres indígenas é indissociável da luta contra o extrativismo e a destruição dos territórios *nossoamericanos* que causam a morte de milhares de mulheres, homens e crianças indígenas.

A seção de artigos segue com **“Alternativas locais ao globocentrismo”**, de Zulma Palermo. A tradução deste texto, feita por Bruna Otani Ribeiro, professora da UNILA, nos oferece a possibilidade de ampliar a divulgação da bela síntese que a autora constrói acerca dos principais temas que são tratados por autoras e autores decoloniais. O artigo favorece a compreensão da colonialidade, da perspectiva decolonial, de seus fundamentos, conceitos, discursos e ações. Palermo deixa transparecer, inclusive, um amadurecimento que deve servir de inspiração para quem acompanha a trajetória epistemológica decolonial. De um lado, temos a sua própria vida intelectual, como pesquisadora, mulher e sulista, além do uso de uma naturalidade e uma leveza que são bastante raras na escrita acadêmica. De outro, temos uma perspectiva teórica passada a limpo, isto é, encontramos na síntese de Palermo sua versão da cartografia do pensamento decolonial. Dito de outra maneira, verificamos que ao evocar conceitos utilizados no aporte decolonial, a autora vale-se do aprendizado proporcionado pelas críticas a que suas pensadoras e seus pensadores foram submetidos – em especial a maioria de homens brancos que constituía sua primeira geração, na década de 1990. Isso se evidencia em várias passagens do texto, por exemplo quando Palermo mostra-se preocupada em rechaçar ou superar o posicionamento muitas vezes essencialista – e até mesmo chauvinista – por parte de quem teoriza



ou, mais ainda, quem critica a teorização com base em geografias, paisagens e comunidades *lugarizadas* no sul. Em seu lugar, ela propõe uma “atitude assimilativa das transculturações, tal como efetivamente ocorrem”. A autora chama a atenção de que um pensamento alternativo ao globocentrismo deve projetar-se a partir de “uma ética que busca re-unir, criativa e produtivamente, as sociedades do mundo, não em um novo universalismo hegemônico e dominante, mas em uma pluriversalidade que dialogue interculturalmente”. A precisão com a qual ela posiciona epistemologicamente o giro decolonial – no que essa abordagem difere do moderno e do pós-moderno – parece-nos precisa e didática: exercer a crítica à modernidade a partir de uma perspectiva interna à própria modernidade (aqui poderíamos mencionar Marx ou a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt) ou como um momento posterior a ela (pós-modernidade: o pós estruturalismo, a crítica às metanarrativas, o relativismo etc.) é muito distinto do que fazê-lo a partir da sua exterioridade e a partir da experiência histórica da colonialidade. Isso não implica na desqualificação destas contribuições. Ao contrário, trata-se apenas de um delineamento do lugar epistemológico de cada perspectiva teórica. Sem dúvida, o texto é um primoroso estudo que serve tanto para leitores experientes na abordagem decolonial quanto para os que não acompanham estes debates tão de perto.

Em sintonia com este posicionamento, o texto **“Do salto mortal da mercadoria ao giro decolonial: movimentações de um pensamento classista”**, de Cláudio Rezende Ribeiro, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é um belo exemplo de como transita, ou pode transitar, o pensamento decolonial em seus diálogos e confrontos com outras perspectivas. Se o artigo de Palermo situa o giro decolonial em relação a críticas internas à modernidade – como é o caso do pensamento marxista –, Ribeiro busca provocar ambas as perspectivas, a marxista e a decolonial, movendo-as de seus respectivos “sítios” ou “lugares epistemológicos” e colocando-as em contato ou em confronto. Como o próprio autor define, trata-se de um “enfrentamento epistemológico, teórico e político a respeito de determinados desencontros aparentes entre o materialismo histórico e a teoria decolonial”. O autor visa a suplantiar o senso comum acadêmico e a leviandade do que ele chama de barreira “pós-modernismo/eurocentrismo”, isto é, tanto a insistente comparação que é feita entre a decolonialidade e o pós-modernismo quanto o atrelamento fatalista entre o materialismo histórico e o eurocentrismo. Seu artigo pretende explicar como o materialismo marxista, a despeito de sua origem eurocentrada, não reproduz um viés colonialista. Ao contrário e segundo Ribeiro, auxilia a romper com o mesmo. Ele também chama atenção para o fato de a teoria decolonial não cometer o equívoco evidenciado por uma das principais lições do marxismo: o idealismo capturado pelas disputas essencialmente acadêmicas, dissociado de um envolvimento libertário e comprometido com a autonomia dos povos. A práxis política, como tem ensinado a teoria marxista, se apropriada pela teoria decolonial, torná-la-ia mais uma aliada na luta contra a esterilização da crítica. A leitura deste texto de Ribeiro parece-nos fundamental, por afastar quaisquer equívocos teóricos ocasionados pela pretensão desinstruída ou intelectualmente desonesta de apostar-se em uma perspectiva em detrimento da outra.

O interesse em tratar das relações entre as teorias marxista e decolonial também é um dos temas presentes no artigo de Leo Name, professor da UNILA e líder do ¡DALE!: **“Aníbal Quijano depois do dependentismo: notas inconclusivas sobre colonialidade, raça e a atualização do debate sobre centro e periferia”**. Nele é traçada a genealogia do pensamento de Aníbal Quijano, que se inicia com a Teoria da Dependência nos anos de 1960 – momento no qual ele estava exilado em Santiago do Chile, vindo a trabalhar em universidades daquele país e na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Name tenta esboçar os matizes, as transformações progressivas e as constantes no pensamento de Quijano deste mo-





mento até a formulação do conceito de colonialidade do poder no início dos anos de 1990, partindo do princípio de que sua proposta acerca da colonialidade tratar-se-ia de uma atualização dos debates sobre centro e periferia antes já presentes no dependentismo latino-americano. Sendo assim, o autor aponta a opção de Quijano em não abrir mão da noção de totalidade inerente à teoria marxista, mas a considerando necessariamente heterogênea e contraditória. Daí em diante, Quijano não se distanciará das preocupações do marxismo, mas na sua teorização da colonialidade do poder incorporará questões que foram depois associadas ao pós-modernismo, como a heterogeneidade, a justaposição de espaciotemporalidades e a questão do racismo e das identidades. Name faz ainda, influenciado por aportes do sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel – e da leitura que este faz de Frantz Fanon –, uma interessante comparação entre Quijano e Michel Foucault, problematizando a forma como ambos trataram a questão racial. Seu objetivo é demonstrar que o racismo é um componente inerente à modernidade, inexoravelmente levada a cabo pela prática constante de produção e reprodução de dualismos, de centros e periferias, simultaneamente intra e intercontinentais.

O artigo **“Os desafios de introduzir as categorias gênero e raça no ensino de arquitetura e urbanismo”**, de Andréia Moassab, aborda a invisibilidade de mulheres, negros e negras no campo de arquitetura e urbanismo. Partindo da sua experiência como docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNILA, Moassab aponta que esse bacharelado é um dos primeiros na área, no país, a registrar em seu projeto político pedagógico o atendimento à Lei 11.645/2008 – que estabelece a inclusão nos currículos a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. A autora chama a atenção ao fato de que a invisibilidade de mulheres, negros e negras é constitutiva da modernidade ocidental, que há séculos produz a existência e a não existência, assunto que não tem sido revisto nos cursos de arquitetura e urbanismo, o que é um total descumprimento da lei mencionada. Moassab tem dado centralidade aos recortes de gênero e étnico-racial no seu exercício de professora e nos mostra, em seu artigo, que o que parece ser uma simples proposta didática é de fato um enorme desafio, visto que existem poucas publicações escritas por arquitetas mulheres (ou que as têm como tema), por arquitetos negros (ou a respeito deles) ou por arquitetas negras (ou que lhes dão centralidade). A autora destaca, ainda, a inestimável colaboração de alunas e alunos neste esforço de dar visibilidade à produção das mulheres, dos negros e das negras – uma atitude coletiva para o desenho de uma geopolítica-outra de um conhecimento-outra.

Na seção **“Ensaíos”**, apresentamos o trabalho **“Casa branca, terra roxa: modernidade, espaço rural, arquitetura e suas relações de gênero”**, de Maicon Rodrigo Rugeri, Mestre em Cultura e Sociedade pela UFBA – aliás, um egresso do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNILA e ex-orientando de Moassab em diferentes pesquisas. Trata-se de um ensaio visual pelo qual Rugeri analisa tanto o processo de mudança na casa rural, no oeste do Paraná e nas últimas décadas, quanto a relação entre espaço e gênero. O par “casa branca, terra roxa” do título faz alusão às dificuldades de Dona Maria em sua casa que, pintada de branco, constantemente está suja pela terra de cor forte do terreno em que se encontra – o que lhe exige um trabalho tão extenuante quanto não reconhecido, inclusive como “trabalho”. As imagens produzidas por Rugeri, contudo, mostram que a mulher que o inspira também desenvolve uma relação especial com o espaço exterior doméstico no qual produz e cuida de um jardim e de uma horta – ao que ele chama de “paisagismo subjetivo”. Finalmente, suas escolhas representacionais também questionam o hermetismo e o cartesianismo gráficos na projeção em arquitetura.

A seção **“Resenhas”** finaliza a edição e todo o “Dossiê Giro Decolonial”. Nela, apresenta-se uma análise de Marcos de Jesus Oliveira, professor da UNILA e editor-executivo da *Epistemologias do Sul*, de um livro recém-lançado de Boaventura de Sousa Santos. **“A propósito**



de **‘O fim do império cognitivo’, de Boaventura de Sousa Santos**” verifica a contribuição essencial do pensamento do sociólogo português para o extenso e vasto conhecimento que se convencionou chamar de “epistemologias do sul”. Conforme afirma Oliveira, neste livro o leitor terá acesso “às teorizações de Boaventura, resultado de décadas de trabalho e de reflexão”, associadas às de um conjunto diverso de intelectuais, com quem ele “dialoga intensamente e cuja produção intelectual tem se destacado no cenário mundial por problematizar o eurocentrismo de correntes teóricas hegemônicas”. O livro, segundo seu resenhista, nos coloca em contato com o pensamento de Pio Zirimu, Mahatma Gandhi, Orlando Fals Borda, Aimé Césaire, Ngũgĩ wa Thiong’o, Valentin Mudimbe, Paulin Hountondji, Achille Mbembe, Sabelo J. Ndlovu-Gatsheni, Ranajit Guha, Sujata Patel, Syed Alatas, Ali Shariati, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Pablo González Casanova, Roberto Retamar, Enrique Dussel, Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Nelson Maldonado-Torres, Catherine Walsh, Ramón Grosfoguel, María Lugones, Sylvia Wynter, Lewis Gordon, Édouard Glissant, Raewyn Connell, Jean e John Comaroff, entre tantas outras que empreendem esforços contra o racismo epistêmico e em favor de uma geopolítica do conhecimento promotora de pluralidades.

Finalmente, gostaríamos de ressaltar a importância dos dois números que organizamos para a *Revista Epistemologias do Sul* concernente à publicação de textos voltados ao giro decolonial escritos em português ou traduzidos do espanhol para esse idioma. A Academia, no Brasil, tem se mostrado uma ilha isolada do restante da América Latina e do Caribe. Historicamente ela valorizou a francofonia e, depois, naturalizou argumentos em prol de uma escrita em inglês como estratégia de universalização e internacionalização. Em comparação, pouco lemos e conhecemos de escritos latino-americanos e, por isso, o espanhol não tem sido tão valorado. Nesse contexto, o giro decolonial, um aporte que teve seu início na década de 1990, só tem recebido alguma atenção no cenário acadêmico brasileiro nos últimos anos, particularmente após a morte de Aníbal Quijano, em 2018 – não necessariamente sendo tão bem compreendido e, sobretudo, precisamente enunciado por quem dele se apropria ou por ele se interessa. Além disso, sua parca visibilidade recente em muito se restringe aos poucos autores e autoras decoloniais que também escrevem em inglês. Esperamos que com a publicação dos dois números do “Dossiê Giro Decolonial” na *Revista Epistemologias do Sul* – e também no número com textos decoloniais que organizamos para a revista *Redobra* – contribuamos para que este importante aporte teórico-epistemológico, de um pensamento em/para/desde a América Latina e o Caribe, seja mais difundido, debatido, problematizado e posto em diálogo com outras teorizações que a ele se complementam ou se contrapõem.

Boa leitura!